

Atena
Editora
Ano 2021



Ciência Política: Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021



Ciência Política: Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-784-0

DOI 10.22533/at.ed.840211002

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O campo epistemológico das Ciências Políticas possui uma incremental evolução histórica nos últimos cinco séculos permeada por uma crescente absorção e replicação de métodos, teorias e conceitos para a análise do poder e das ações políticas, razão pela qual é identificado por uma pluralidade de influências e enfoques propositivos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment*” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das ciências políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fruto de um trabalho coletivo desenvolvido por um conjunto de praticamente duas dezenas de pesquisadoras e pesquisadores, oriundos das macrorregiões do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, bem como da Colômbia, este livro faz um imersivo estudo sobre distintas realidades políticas com base em diferenciadas experiências e formações profissionais ligadas diretamente ou indiretamente ao campo das Ciências Políticas.

Estruturado em 15 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas que coadunam de uma mesma lógica dedutiva, partindo da abstração teórica no campo epistemológico da Ciência Política até chegar à empiria de estudos de caso, embora trazendo uma pluralidade de diferentes recortes histórico-teórico-metodológicos para a análise.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

Os diferenciados debates apresentados nesta eclética obra foram aglutinados em quadro grandes eixos temáticos, identificados respectivamente por relevantes agendas contemporâneas de estudos sobre as relações internacionais, relações intergovernamentais, aparelho de estado, sistemas de governança, bem como participação e contestação política.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Políticas, este livro traz significativos subsídios para analisar e interpretar a realidade contemporânea do local ao internacional, propiciando uma rica experiência teórica e metodológica para um amplo público de leitores.

Excelente leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AMÉRICA LATINA: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE COLONIAL Raphael Colvara Pinto DOI 10.22533/at.ed.8402110021	
CAPÍTULO 2	10
LE ÉLITE POLÍTICA COLOMBIANA Y EL DEBATE DE LAS REGALÍAS PARA CIENCIA Y TECNOLOGÍA. ¿DISTRIBUCIÓN DE UNA RENTA O DESARROLLO BASADO EN EL CONOCIMIENTO? Ricardo Gómez Giraldo DOI 10.22533/at.ed.8402110022	
CAPÍTULO 3	20
A CONSTRUÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL PARA REFUGIADOS: DESAFIOS E OBSTÁCULOS EXISTENTES NO BRASIL Camila Santos Barros Moura DOI 10.22533/at.ed.8402110023	
CAPÍTULO 4	31
COMO LEGITIMAR UMA OCUPAÇÃO: A INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE NO IRAQUE NA PERSPECTIVA DA VEJA (2003) Juan Filipi Garcês DOI 10.22533/at.ed.8402110024	
CAPÍTULO 5	41
QUEM SE IMPORTA COM TAIWAN? NOVAS PERSPECTIVAS Vinícius Azevedo Barbosa DOI 10.22533/at.ed.8402110025	
CAPÍTULO 6	53
LEGITIMIDADE ESTATAL E DILEMAS DA MODERNIDADE. A MCDONALDIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO E OS SEUS IMPACTOS NA RECONFIGURAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL Sérgio Czajkowski Júnior DOI 10.22533/at.ed.8402110026	
CAPÍTULO 7	65
IDEIAS E INTERESSES NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS GOVERNOS ESTADUAIS Vinicius Boechat Tinoco DOI 10.22533/at.ed.8402110027	
CAPÍTULO 8	77
A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO NA ESFERA LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BAIÃO (PARÁ) NOS GOVERNOS JANDIRA (2005-2008) E SACI (2009-2012) Marcos Antonio Barros Pina Junior	

Fabio Alessandro Xavier de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.8402110028

CAPÍTULO 9..... 95

A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA E DE SEUS MUNICÍPIOS - UMA CONTRIBUIÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Francisco Carlos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8402110029

CAPÍTULO 10..... 111

INTERSETORIALIDADE, CONTROLE PÚBLICO E SAÚDE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ATORES DA DÉCIMA QUINTA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Eduardo Moreira da Silva

Danúbia Godinho Zanetti

Ciro Antônio da Silva Resende

DOI 10.22533/at.ed.84021100210

CAPÍTULO 11..... 128

A OFENSIVA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: METAMORFOSES DO “TERCEIRO SETOR”

Adelaide Ferreira Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.84021100211

CAPÍTULO 12..... 141

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ATRAVÉS DO DISCURSO DE ÓDIO E DA POLARIZAÇÃO NA DEMOCRACIA

Ana Paula Schneider da Silva

Fernanda Viana Falkoski

DOI 10.22533/at.ed.84021100212

CAPÍTULO 13..... 146

NEM TODA LEGALIDADE É JUSTA, NEM TODO ESTADO É DE DIREITO DEMOCRÁTICO: O GOLPE DA JUSTIÇA INÍQUA, PARCIAL E ARBITRARIA

Nila Michele Bastos Santos

DOI 10.22533/at.ed.84021100213

CAPÍTULO 14..... 153

MINERAÇÃO E CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA EM CANAÃ DOS CARAJÁS: O CASO DO ACAMPAMENTO PLANALTO SERRA DOURADA

Marcelo Melo dos Santos

Thiago Martins da Cruz

Rafael Rodrigues Lopes

DOI 10.22533/at.ed.84021100214

CAPÍTULO 15..... 165

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

SOCIOECONÔMICO ENTRE GAROTAS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

João Victor Mendes Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.84021100215

SOBRE O ORGANIZADOR..... 176

ÍNDICE REMISSIVO..... 177

CAPÍTULO 11

A OFENSIVA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: METAMORFOSES DO “TERCEIRO SETOR”

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 30/10/2020

Adelaide Ferreira Coutinho

UFMA

São Luís, MA

<http://lattes.cnpq.br/7669609818359285>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo continuar o empreendimento de análise crítica acerca do fenômeno a que se tem estudado – “terceiro setor”/Organizações Não-Governamentais (ONGs), pobreza e educação básica –, desde 2005. Hoje, esse objeto se atualizou em suas múltiplas determinações devido o curso dos acontecimentos histórico-sociais no Brasil e no mundo. Para desvelar esse objeto de estudo adota-se o referencial da dialética marxista, por permitir que se apreendam as contradições e se apontem alternativas de transformação. A atualidade desse debate se explica pelo processo de intensificação das relações sociais capitalistas, estas que deram origem ao fenômeno “terceiro setor”/ONGs.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação Básica. “Terceiro Setor”.

ABSTRACT: This article aims to continue the critical analysis about the phenomenon – “third sector”/Non-Governmental Organizations (NGOs), poverty and basic schooling – since 2005. Nowadays, this object has been modernized in its multiple purposes due to the historic-

cultural events which have happened in Brazil and worldwide. Thus, this study embraces the marxist dialectics, for it enables us to comprehend the contradictions and appoint alternatives for change. This debate’s currentness is supported by the process of capitalist social relations, which have led to the “third sector”/NGOs” phenomenon.

KEYWORDS: Education. Basic Schooling. “Third Sector”.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo continuar o empreendimento de análise crítica acerca do fenômeno a que se tem estudado – ONGs/“terceiro setor”, pobreza e educação básica – inclusive como objeto de tese de doutoramento apresentada em 2005. Hoje, esse objeto se atualizou em suas múltiplas determinações em virtude do curso dos acontecimentos histórico-sociais, dos últimos dez anos, no Brasil.

Ressalva-se que o contexto atual explicita a metamorfose das tradicionais ONGs e demais organizações sem fins lucrativos do “terceiro setor”, sob a propriedade e/ou controle do capital nas suas diversas denominações (industrial, comercial, financeiro, serviços), nacional e internacional. Essas organizações, em sua maioria, se tornaram um pool de ONGs numa grande rede, a exemplo do Todos pela Educação, e têm assumido formas distintas de controle político-ideológico e econômico sobre a

educação pública, implicando contrarreformas substanciais no currículo, e na gestão e na formação de professores.

O “terceiro setor” em conformidade com a correlação de forças políticas favoráveis a “nova direita”, hoje, está mais atuante na reforma empresarial da educação básica brasileira, implicando a necessidade de organização e luta em defesa da escola pública de gestão pública conforme apregoa Freitas (2018) em seu livro *A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*.

Antecipa-se que essa realidade não está isolada do movimento-mundo que tem levado a retrocessos, no âmbito das conquistas sociais mais prementes à classe trabalhadora, entre estas o trabalho e a educação, por conta do modelo neoliberal. Essa realidade reque intervenção consistente uma vez que a exclusão social aumenta em níveis alarmantes, ameaça que vem atingindo grandes frações da classe trabalhadora até recentemente integradas ao padrão de desenvolvimento vigente com babe no pleno emprego e acesso aos bens públicos.

2 I ALGUNS ELEMENTOS CONJUNTURAIS

Desde a década de 80, do século passado, está em curso a intensificação de um exército de marginalizados, criando uma classe de novos excluídos a somar-se com os já situados abaixo da linha de pobreza ou pobreza extrema mundialmente. Esses sujeitos ora são atendidos pelo Estado por meio de programas mínimos no âmbito das políticas sociais e, ora, são assistidos pela beneficência programada do “terceiro setor” e suas organizações sem fins lucrativos e não estatais, entre as quais as ONGs.

Os estudos de Dupas (1998) apontaram que as recentes transformações socioeconômicas geraram uma massa de pessoas supérfluas ao sistema de produção e redirecionou o foco das discussões sobre problemas sociais (educação, saúde, lazer, moradia etc.) para a necessidade de inserção social no mercado de trabalho, porque se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava por relações de exploração, agora ela se tornara a dificuldade de homens e mulheres para encontrar essas mesmas formas de inserção social, quaisquer sejam elas, inclusive em situações de trabalho semelhante a escravidão, porque o capitalismo mundializado implicou

Modificações ocorridas no seio das cadeias produtivas globais alteram de modo decisivo a forma como os países e os agentes econômicos relacionam-se entre si, apropriam-se da riqueza, alteram o mapa da produção mundial, a demanda por trabalho e a força relativa dos diversos grupos de trabalhadores. A ampla fragmentação do processo produtivo, a progressiva fragilização das fronteiras nacionais e a flexibilização dos transportes geraram uma alteração nos padrões de produção, nos sistemas de gestão e na forma de utilização da mão-de-obra (DUPAS, 1998, p.130).

Isso tem colocado para as esquerdas, de alguma forma, a necessidade de formularem novas concepções acerca dos problemas sociais e requalificarem a sua luta política em defesa dos direitos sociais e do trabalho, inclusive porque se assiste ao ataque, de todos os lados (mercado, Estado, organizações empresariais, organismos internacionais), aos movimentos sociais e sindicais do campo democrático. Esses têm perdido uma de suas principais bandeiras – a crítica ao sistema de exploração capitalista – não que se tenha conquistado relações de trabalho mais humanas e direitos igualitários, mas, porque aqueles que estão na informalidade ou sem qualquer possibilidade de inserção no sistema formal de produção, estão sendo impelidos a aceitarem o subemprego.

Os problemas enfrentados pelos países centrais são insignificantes se comparados aos efeitos da nova lógica das cadeias produtivas nos países em desenvolvimento. Nestes, a renda está diretamente associada ao trabalho, já que quase inexistem políticas de *welfare*. Assim, como lembra o Banco Mundial (1997) em seu último Relatório 'o pobre não pode se permitir estar desempregado; ele é obrigado a aceitar o subemprego' (DUPAS, 1998, p.132).

Essa realidade se agrava quando se deixa de perceber o contexto da luta de classes e da centralidade ontológica do trabalho na formação humana, adotando-se a visão liberal (neoliberal) da “nova direita” no trato da questão social, tornando a todos, indistintamente, “cidadãos-clientes” e elegendo o mercado como ente mediador de todas as relações sociais.

Em resposta as desigualdades daquela relação mercadológica surgem movimentos sociais e sindicais de resultados, fragmentados nas diversas identidades de classe trabalhadora ou do Ser Social. Essas organizações da sociedade civil deixam de antevê que todos os que são trabalhadores explorados, pobres, oprimidos, excluídos estão incluídos na mesma equação social formulada na unidade entre exploração, concentração de riqueza, desigualdade, pobreza, violência e Estado autoritário. Esse receituário perverso se expressa e se desenvolve implacavelmente no sistema societário sob o capital, no Brasil e no mundo, porém, em nosso país se apresenta uma das faces mais perversas desse fenômeno, trata-se do modelo político arbitrário e conservador que chegou a gestão do Estado.

A resistência está fragmentada e sem direção política. Por um lado, observa-se que alguns destes movimentos sociais são criminalizados, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento docente, do outro, se proíbem que a sociedade participe do processo político de elaboração e execução das políticas sociais, ao tempo em que crescem as “redes” de organizações empresariais da “nova direita”, a ressuscitar as velhas ideias autoritárias e conservadoras que se achavam esquecidas no baú da história recente, associando-se a nova onda neoliberalizante, pela retomada do liberalismo econômico, na política brasileira (BERRINGER, 2015).

Nesse sentido, ao se pretender refletir sobre a política educacional, especialmente

as políticas para a educação básica, devemos nos reportar aos “movimentos sociais clássicos” e “lutas sociais classistas” ou aos “novos movimentos sociais”, ao “terceiro setor”/ ONGs, a “sociedade civil” ou a “mobilização social” empresarial por meio da “nova direita”?

3 I NOVOS MOVIMENTOS, NOVAS OFENSIVAS

É importante recordar que os movimentos sociais são uma organização com caráter formal político, de duração estável e são constituídos pelos sujeitos da reivindicação e não por entes estranhos à causa. Assim, não podem se reduzir a mera atividade pontual ou mobilização social específica e temporária, pois estas últimas esgotam, assim que se atinja o seu objetivo focalizado. No primeiro campo (movimentos estáveis) encontram-se os sujeitos coletivos da resistência organizada ao capital. Pode-se exemplificar esse contexto com a questão da luta pela reforma agrária e contra às políticas neoliberais liderada pelo MST, pelos movimentos indígenas, quilombolas e extrativistas, tendo em vista a reforma agrária, a preservação ambiental, a demarcação e titulação das terras dos povos originários (indígenas, quilombolas etc.); a demarcação e preservação das reservas extrativistas e de biodiversidade; a luta sindical e a resistência dos trabalhadores e sindicatos progressistas aos processos de reestruturação capitalista e as contrarreformas das políticas públicas defendidas pelo neoliberalismo e sua política de “Estado mínimo”; a defesa da educação pública, com gestão pública e qualidade social almejada pelo Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES/SN), este que historicamente vem denunciando e resistindo quanto a intensificação do desmonte do setor público-estatal, ante as “novas relações” entre capital e trabalho e seus efeitos sobre a educação, a ciência, a tecnologia e a formação humana. Registra-se, também, a militância de intelectuais e pesquisadores (lutadores do povo) a produzir conhecimentos e realizar debates primordiais a que se entenda a profundidade do papel da Política e do Estado bem como da Sociedade Civil nas elaboração e aprovação das políticas públicas; na defesa dos direitos humanos fundamentais os quais vêm sendo subtraídos sob a gestão do Estado Capitalista no Brasil (quase sempre em associação e consentimento ao capital internacional).

No segundo campo estão as manifestações sazonais (mobilizações sociais), sem uma direção política consistente e, predominantemente, incentivados ao sabor midiático da causa em luta. Podem-se incluir nesse âmbito alguns dos denominados Novos Movimentos Sociais que surgiram como complemento ou alternativa aos movimentos sociais classistas (de lutas sindicais, por exemplo) mas que têm se configurado como portadores de uma sociabilidade mais próxima do “terceiro setor”, sob o ponto de vista ideológico e de concepção da luta, uma vez que não está no seu horizonte a contestação do poder do capital sobre o trabalho, mas a realização de parcerias e diálogos, participação em conselhos e representações no âmbito da gestão das políticas públicas; declaram-se fomentadores de empoderamento, empregabilidade e de formação de redes de diálogos,

todos estes de grande apelo midiático e, geralmente, interessantes ao grande capital. Esses ditos “novos movimentos” se caracterizam muito mais pelo discurso, representação social, identidade cultural (raça, gênero, religião, etnia, sexualidade, ecologia) e pela defesa de seus interesses no âmbito das políticas como educação, saúde, moradia transporte, meio ambiente etc., sendo, por vezes, hostis às causas primordiais dos que dizem defender.

Para Montaño e Duriguetto (2011), o contexto de 1990, a partir da resistência contra as privatizações e os programas de ajuste estrutural, esses novos movimentos sociais ativaram a luta de classes e sociais, mas por dentro da ordem instituída, sem saírem dos marcos das condições contemporâneas de dominação e exploração, ou seja, sem pretenderem superar radicalmente as condições objetivas que implicara nas suas lutas “acabou por ser funcional ao processo de fortalecimento da hegemonia do capital e da ideologia neoliberal” (2011, p.296). Os mesmos autores reconhecem que há um incremento da resistência e da luta popular na América Latina, que abarca as mais diversas formas de protesto social – greves, interrupção de ruas e avenidas, piquetes, construção de redes nacionais, continentais e mundiais de movimentos populares, ações dirigidas contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e demais instituições que representam os interesses imperialistas.

Mas, percebe-se que esse sentido da luta social está a merecer a adesão de parte dos Novos Movimentos Sociais e dos intelectuais ao seu dispor a fazer a luta contra as políticas do Estado associado e representativo dos interesses da classe hegemônica e de suas frações; partidário da contrainformação a predominar no universo da grande mídia empresarial e capitalista; da ofensiva de setores conservadores religiosos e de politiquieiros de plantão que têm se apresentado como o “novo” da velha política, numa onda de (neo) conservadorismo e de estímulo a antipolítica e a violência programada.

Por sua vez, as ONGs são organizações formais nacionais, regionais e internacionais cujos objetivos são determinados de acordo com a meta a atingir e (se constituem por interesses alheios aos seus agentes e proprietários), geralmente, são organizadas por sujeitos remunerados para as finalidades a que foram criadas, sustentadas por voluntários, ainda, são financiados pelo Estado, por empresários e por outras ONGs e organizações mundiais identificadas por “terceiro setor”, este que se coloca como contraponto ao Estado e ao Mercado pela condição pública não-estatal e não lucrativa.

Portanto, pode-se afirmar que esse novo sentido de organização social na luta por direitos sociais dados pelo “terceiro setor” e por grande parte dos Novos Movimentos Sociais passam à margem do debate acerca da determinação principal dos problemas tratados: as relações sociais capitalistas e as condições sociais de sua reprodução que devem ser superadas. Assim, é comum verificar-se que essas organizações deslocam a causa mesma do problema e se prendem às facilidades da aparência imediata do fenômeno (implica não fazerem as mediações necessárias para que possam chegar ao âmago desses fenômenos) (COUTINHO, 2008).

Há grande tendência de o “terceiro setor/ONGs” continuarem colocando as condições sociais mais gerais, no âmbito das políticas sociais, deslocando-as do viés político-econômico para fortalecerem as políticas focalizadas e sazonais; o voluntariado e responsabilidade social empresarial; as políticas de mínimos sociais e de doações da beneficência programada.

Outra característica ou metamorfose desse “terceiro setor” é o estímulo a injeção capitaneada do empresariado e de organismos internacionais e seus think tanks (em associação/parceria) na gestão da coisa pública, uma vez que criaram verdadeiras redes interligadas de ONGs e de outras entidades “não lucrativas e não estatais” as quais têm implicado na adoção das referências empresariais na gestão das políticas sociais, em especial, na educação e saúde. Vem-se notando um sistema de *accountability* ou responsabilização social a ganhar os espaços públicos com receituários privatistas, concorrenciais e neogerenciais. Ressalva-se, ainda, o fato de comumente tais organizações se dizerem apartidárias; (anti)Estado e (anti)mercado porque não vislumbram, em tese, esse poder estatal e nem o lucro e, para além desse discurso, ganha status importante suas declarações sobre a “ética”, a “moral”, a “família” como se a sociabilidade capitalista não apostasse na destruição desse tripé, para poder continuar dominando e explorando. Mas, nas últimas décadas, elas vêm ganhando o aplauso dos mais crentes no “conto de fadas” da globalização e das concepções pós-modernas de mundo, conforme assegura Harvey (2015). Fato, também, constatado por Ghon (apud MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p.304).

Mobilizações coletivas centradas mais em questões éticas e morais, derivadas de reações “à violência e a corrupção na vida política nacional” do que sobre a raiz dos problemas: a desigualdade social produzida pela concentração de riquezas e exploração capitalista. Mobilizações que “partem de um chamamento à consciência individual das pessoas e elas, usualmente, têm se apresentado mais como “Campanhas” do que como movimentos sociais”

A luta, então, ganha muito mais a virtualidade (no sentido da comunicação virtual e da mobilização e participação) de um discurso jogado ao vento, pois não é mais necessário marchar/lutar por um objetivo profundo de transformação social; no máximo, fazem-se movimentos festivos, por vezes com ondas caricatas, que pouco atinge os alicerces dos Senhores do Capital, porque estes não param de marchar contra os ganhos históricos da classe trabalhadora.

Portanto, determinadas formas de organização e lutas têm servido muito mais à divisão social dos que deveriam estar unidos por uma causa maior: destruir o capitalismo e instituir a sociedade livre e emancipada. Nesses aspectos, concorda-se com os estudos de Montañó e Duriguetto em que reiteradamente afirmam que as atuais características dessas formas organizativas, no campo das lutas sociais,

Acabou por ser funcional ao processo de fortalecimento da hegemonia do capital e da ideologia neoliberal, porque, ainda que façam movimentos reivindicatórios, a contestação não consegue ganhar ares de emancipação humana na perspectiva de radicalizar na construção de uma sociabilidade anticapitalista (2011, p. 266).

Nota-se, de há muito, um processo intenso de fragmentação do Ser pelas diversas “identidades” a eles atribuídas, quase ocultando a dimensão de unidade do Ser Social – o Humano. Num mesmo sujeitos é possível identificar-se diversas pautas sociais (NMS) e diversas identidades, a serem disputados pelo “terceiro setor” ou a criarem forma em mais um novo movimento, ou fragmento para ser mais forte na crítica necessária, inclusive ao momento vivido, de intensa intolerância, agressividade, violência, descrença na política e tantos outros.

Veja-se que todo esse contexto atual tem seus responsáveis históricos e não cabe aqui apontá-los, mas a história sempre promove um júri implacável e a falta de se fazer reflexões profundamente críticas e de se crer e fazer política com “P” maiúsculo. Pena que os condenados serão outros: a classe trabalhadora e seus filhos.

4 | EDUCAÇÃO BÁSICA O NOVO TESOURO DESCOBERTO¹ PELO EMPRESARIADO BRASILEIRO

Quando há quase duas décadas se propôs analisar a relação entre o “terceiro setor” (e neste as ONGs) e a oferta de Educação Pública aos pobres, não se antevia que esse “setor” ganhasse tamanha dimensão na formulação das políticas educacionais no âmbito do Estado. Primeiramente, por causa da atuação daquele “setor” uma vez que, geralmente, o “terceiro setor” era objeto de estudo, quase exclusivo, do Serviço Social, portanto havia pouco debate e estudos sobre as ONGs e a Educação, feito por educadores, ainda que houvesse uma intensa participação dessas organizações, desde a Constituição de 1988, em que tomaram parte como apoiadores dos movimentos sociais e sindicais na oferta de educação as “comunidades carentes”.

A mudança drástica ocorrida, as metamorfoses do “terceiro setor” ocorreram no objetivo da ação das organizações integrantes, que deixou de ser assessoria dos movimentos sociais e lutas políticas populares para galgar assentos políticos na gestão do Estado, como dirigentes com interesses particulares e, quase sempre, associados ao interesses do capital, ainda que continuassem a se identificar como públicas, não-estatal e não-lucrativas (COUTINHO, 2008).

Montaño caracterizou muito bem essa nova conformação segundo os próprios autores do “terceiro setor”. São, necessariamente, as:

1 Fazendo-se uma referência ao Relatório Mundial sobre a Educação para Todos ou Relatório Jacques Delors, intitulado Educação: um tesouro a descobrir, publicado logo após a realização da Conferência Mundial de Educação realizada em Jontien, na Taylandia, no ano de 1990.

a) organizações não lucrativas e não governamentais (ongs), movimentos sociais, organizações e associações comunitárias; b) instituições de caridade, religiosas; c) atividades filantrópicas – fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam „descoberto” a importância da „atividade social”; d) ações solidárias – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo; e) ações voluntárias; e f) atividades pontuais e informais (MONTANÓ apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.305).

Ao fazerem uma análise crítica ao fenômeno “terceiro setor” Montaño e Duriguetto (2011, p.305) identificam que na realidade tratam-se de:

1) Atividades públicas desenvolvidas por particulares; 2) para tratar de uma função social de resposta às necessidades sociais; 3) orientada por valores de solidariedade local (e não de classe, autorresponsabilização, voluntariado e individualização da ajuda (não mudanças coletivas). Assim o que os autores chama de “terceiro setor”, nem é terceiro, nem é setor. Na verdade, deve ser interpretado como ações que expressam funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos valores de solidariedade local, voluntariado, autorresponsabilização e individualização (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito aos serviços, típicos dos Estados de „Bem-Estar”).

É desse modo que se observam a presença do “terceiro setor” a “protagonizar” as políticas de educação pública, no âmbito da relação do Estado com a Sociedade Civil, por meio das parcerias público-privado, sob a lógica de um Estado Mínimo (para as questões sociais) e máximo para controlar a gestão pública (Aparelho de Estado) fazer movimentar o mercado com as questões sociais sob controle.

Desse modo, no lugar dos conflitos, lutas, confrontos, outrora verificados, há uma transição para a colaboração dos setores público, privado e “terceiro setor” e a sociedade. Recorda-se que durante as reformas do Estado e da gestão do seu aparelho, empreendidas no governo de Fernando Henrique, duas questões se colocavam: garantir a governança e a governabilidade, além das instituições políticas e do *accountability*. Pela primeira, o Estado assegurava sua capacidade administrativa de governar com eficiência e eficácia, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos; pela segunda, asseguraria as condições de legalidade/reconhecimento do governo junto a Sociedade para atentar às transformações necessárias, ou seja atender ao mercado, fazer parcerias com o setor produtivo, com “o terceiro setor”, inclusive seus representantes nos demais setores do governos (legislativo, judiciário).

Na realidade tratou-se da capacidade de regulação do sistema o que para Krawczyk (apud MARTINS, 2016, p.11) a regulação tem como propósito manter a governabilidade.

Este conceito refere-se a um „ordenamento normativo, historicamente legitimado, que medeia as relações entre Estado e sociedade, que busca a solução de conflitos e a compensação dos mecanismos de desigualdade e

de exclusão próprios do modo de produção capitalista. Esses ordenamentos supõem uma concepção de organização social, política e econômica, a partir da qual se definem responsabilidades e competências do Estado, do mercado e da sociedade, e tendem, também, a desencadear processos de ressocialização.

Esse mesmo autor detecta um fenômeno que já se havia anunciado nos anos de 1990, e registrado nesse livro, em que o modelo de regulação supõe uma mudança radical nas categorias “cidadania” e “sociedade civil”, a partir da descentralização que se dá em três aspectos: descentralização entre os diferentes entes federados, por exemplo, a descentralização da educação infantil e ensino fundamental para o município; a saúde para o município; o ensino médio para os estados; autonomia escolar (responsabilização da escola); para o mercado (responsabilidade empresarial), sem contudo o Estado abrir mãos de fazer as reformas necessárias e as parcerias público-privado.

4.1 ONGS empresariais e a educação básica

No âmbito da educação essa injunção do “terceiro setor” de ampliou de tal forma que a educação pública, nos dias atuais, corre o risco de cair no “canto da sereia” do “terceiro setor” ou na rede/“teia” do “Todos pela Educação” e seus sócios, pois a descentralização em direção ao mercado contemplou a necessidade dos empresários e organismos internacionais não fazerem apenas “Declarações ou Pactos” mas, terem representantes afinados a dar a direção necessária para as políticas de reformas (ou de contrarreformas?) em cada região (América Latina e Caribe, por exemplo) e cumpriu com o requisito da Reforma do Estado, pelo qual não caberia mais ao Estado responder sozinho por todas as políticas sociais, portanto deveria partilhar essa responsabilidade com toda a sociedade.

É nesse sentido que Martins (2016) em seu estudo sobre o Movimento Todos pela Educação e, hoje “ONG Todos” alerta para o fato de que no momento em que essas responsabilidades são partilhadas, implicou numa articulação entre Estado, setores privados e organizações não-governamentais. Parte-se do pressuposto de que a responsabilidade pela educação pode ser assumida por todos os segmentos da sociedade, e não ficar a cargo unicamente do Estado, assim, novos sujeitos passam a ser considerados.

Como solução para os principais problemas de qualidade da educação, respostas gerenciais e „sofisticadas” formas de intervenção podem ser observadas no âmbito das políticas educacionais, com o ressurgimento do tema do gerencialismo através da proliferação de „consultorias” nacionais e internacionais (VERGER apud MARTINS, 2016), as quais buscam reorientar o trabalho nas diversas instâncias educativas – do Ministério da Educação (MEC) à unidade escolar – de modo a torná-lo mais eficiente. Outra forma de intervenção conservadora e empresarial desse setor seria a utilização do respaldo de pesquisas científicas e conhecimentos técnicos para justificar determinadas políticas no sentido de construir problemas e/ou definir soluções (Barroso, 2009); e, ainda, o protagonismo de grupos da sociedade, que a partir da correlação de forças sociais,

procuram reorganizar a política educacional a partir de interesses específicos (MARTINS, 2016, p. 12).

É nesse aspecto que se afirma um processo de intensificação da privatização do público, porque nessa conjuntura apresentada os grupos empresariais criaram suas fundações, institutos, movimentos, assessorias, ONGs e contrataram especialistas em economia, gestão e educação, os quais passaram a atuar como sujeitos individuais e coletivos, congregando voluntários, empresas, outras ONGs menores, novos movimentos sociais, lideranças sociais, formatando uma rede de “sociabilidade” e de “responsabilidade social” com a pobreza e a educação pública, tornando-as objeto de filantropia e de associativismo entre os pobres, uma vez que estes são empoeirados para resolverem no âmbito local os seus problemas que são de ordem nacional e internacional, conforme se afirmou na tese apresentada em 2005.

Essa atuação em rede congregando empresários, organismos e instituições internacionais, lideranças da sociedade, intelectuais em aliança como os governos data do início desse século, mas suas raízes estão há muito tempo fincadas, tanto no Aparelho do Estado como nas instituições da sociedade, principalmente no âmbito da educação. Assim, desempenho da economia, capacidade de produção e reprodução da força de trabalho (produtividade), superação da pobreza, capacidade de crescimento econômico e coesão social (controle social) passam a serem atributos da educação.

Para tanto, essa junção de atores públicos e privados, deu origem ao Todos pela Educação, uma das expressões mais marcantes da presença empresarial na educação brasileira, desde a ditadura militar (1964-1985). Esse movimento/ONG por meio de seus integrantes tem influenciado as políticas públicas de educação, desde o governo do Presidente FHC, ampliando-se no governo de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Para Martins (2016), uma espécie de *think tank* voltados a educação no Brasil - da especialidade da guerra à supressão do Estado Público de Direito, ou o mal fadado *welfare state* brasileiro, pós Constituição de 1988 -. Nos Estados Unidos, segundo Freitas (apud Martins, 2016, p.13) existem grupos à semelhança do Todos pela Educação os chamados *corporate reforms*. “Termo que reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana”.

Retoma-se a pesquisa de Shiroma (et al 2004) sobre Política Educacional no Brasil em que a pesquisadora identifica os arautos das reformas na educação brasileira, destacando a presença dos organismos internacionais, liderados pelo FMI e pelo Banco Mundial e a execução intelectual da UNESCO nas políticas mundiais e regionais de educação.

O “Terceiro Setor” reforçaria a sociedade civil – ou o Terceiro Setor constitui-se num projeto de conciliação, evitando o acirramento das contradições inerentes a esse

modelo de sociedade e no tocante a educação evitaria que se consolidasse de modo mais radical a luta pela escola pública, explicitando os descaminhos por que passam o acesso, a permanência e a qualidade do ensino para a maioria dos brasileiros?

Sob essa questão, entende-se que é no espaço da sociedade civil em que se manifestam as ideologias e os interesses de classes e suas frações, ou seja, o confronto entre os diversos projetos sócio-políticos (de sociedade) em evidência, a cada momento histórico, definindo, portanto, os caminhos ou (des)caminhos das políticas públicas. Se o “terceiro setor”/ONGs tentam ocultar esse espaço de conflitos e interesses, estão, portanto, contribuindo para ideologizar a perspectiva de participação democrática, evitando que se explicitem os reais interesses existentes por trás de cada projeto societal e do papel que estes exercem.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) se distingue dos demais conselhos de governo por assessorar o presidente em todas as áreas de atuação do Poder Executivo Federal. A diversidade dos membros do Conselho proporciona diálogo plural, com trânsito de vários tipos de informações e pontos de vista. O propósito compartilhado de pensar o desenvolvimento do país, em um ambiente democrático de debate, ajuda o CDES a superar diferenças e a construir consensos. Os principais ambientes de diálogo do Conselho são os grupos de trabalho e as reuniões plenárias. Os grupos de trabalho são formados por conselheiros com conhecimento ou interesse em um tema específico, que juntos elaboram propostas a serem feitas ao presidente. Nas reuniões plenárias, os conselheiros levam suas recomendações ao conhecimento do presidente, dos ministros e de outras autoridades. Mais de 70 países ao redor do mundo contam com colegiados semelhantes ao CDES, com o objetivo de aprimorar a democracia, ampliando o espaço de participação da sociedade nas decisões governamentais (Disponível em <http://www.cdes.gov.br/Plone/o-conselho/o-que-e>).

Ressalta-se que os membros desse Conselho (CDES) são escolhidos pelo Presidente da República e embora o governo anuncie que as conselheiras e os conselheiros são pesquisadores, empresários, sindicalistas, artistas e outros profissionais das mais diversas áreas, “que colocam sua experiência e espírito público a serviço do país” o que se observa é uma presença esmagadora de empresários e gestores empresariais de diversos ramos (finanças, comércio, serviços, pecuária, construção civil, máquinas, comunicação, química, automotiva; marketing, educação superior e básica) e uma reduzida participação de universidades, instituições científicas, educadores, quando são convocados nota-se a sua relação com consultorias privadas ou gestão de ONGs, institutos e até o Todos pela Educação na figura de seu presidente Jorge Gerdau e de Jorge Paulo Lemann .

O que se revela é a constituição de um fórum qualificado a intervir nas políticas públicas, dando a direção política necessária e contrarreformulando as pautas existentes, no intuito, segundo eles mesmos, fazer “proposição de medidas que estimulem o crescimento econômico, o desenvolvimento e a equidade social”, em perfeita sintonia com

a focalização, privatização, beneficência programada empresarial.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura brasileira de intensificação da pobreza e do desemprego e subemprego se fez um terreno fértil a ampliação do “terceiro setor” proliferando, inclusive, as ONGs empresariais organizadas em “Redes de Parceria” de todos os matizes políticos, inclusive aquelas que são agentes do novo imperialismo na América Latina e que apoiam as contrarreformas do trabalho e da educação.

O que não é novidade no Brasil, uma vez que desde a presença da USAID - U.S. *Agency for International Development* nos anos 1962, agência internacional que trabalha, hoje, em mais de 100 países (América Latina e Caribe, África, Ásia) visando “promover a saúde global; suporte estabilidade global; fornecer assistência humanitária; catalisar inovação e parceria e capacitar mulheres e meninas” os organismos internacionais influenciam nas políticas educacionais. Portanto, há mais de 50 anos, inclusive, essas organizações tendo assinado acordos bilaterais, com os sucessivos governos do período pós-ditatorial.

A USAID, por exemplo, é hoje a principal agência internacional de desenvolvimento do mundo e uma organização catalisadora que impulsiona os resultados do desenvolvimento. Então, há grande presença de organismos internacionais e empresarial a pensar e gerenciar as políticas públicas em nosso país. Cabe, então, um a resistência orgânica, além da produção de referências teóricas críticas desse fenômeno tão presente nas periferias do capital.

REFERÊNCIAS

BERRINGER, T. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Políticas educacionais e ONGs**. São Luís: EDUFMA, 2008.

DUPAS, Gilberto. **A lógica da economia global e a exclusão social**. Estudos Avançados, nº12 (34), 1998.

DELORS, Jacques (et al). **Educação: um tesouro a descobrir**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FREITAS, Luís Carlos de. **A Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. São Paulo: Lamparina/FAPESP, 2016.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 113, 115, 116, 117, 121, 122, 125, 127, 133, 135

América Latina 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 115, 116, 132, 136, 139

B

Brasil 2, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 89, 93, 98, 99, 110, 118, 127, 128, 130, 131, 137, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 162, 163, 168, 169, 174

Burocracia 53, 54, 57, 58, 63, 68, 75

C

Capitalismo 3, 17, 19, 55, 56, 57, 59, 63, 129, 133, 162, 170

Carajás 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164

China 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55

Colômbia 10, 11

Colonialidade 1, 2, 3, 8, 9

Conflitos 42, 43, 50, 79, 92, 135, 138, 153, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 163

Controle social 4, 40, 111, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 137

D

Democracia 5, 8, 37, 38, 39, 74, 75, 115, 118, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Desigualdade 3, 6, 101, 130, 133, 135, 148, 168, 173, 174

Discurso 4, 6, 8, 10, 35, 37, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145

E

Educação básica 128, 129, 131, 134, 136

Eleições 44, 48, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 116, 144

Elite 2, 4, 6, 10, 11, 148, 150, 151

Estado 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 44, 47, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 69, 73, 74, 76, 81, 82, 93, 97, 98, 99, 114, 115, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 161, 162

Estado de exceção 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Estados Unidos 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 78, 137

Executivo 68, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 108, 138, 151, 154

G

Gênero 3, 132, 165, 166, 167, 169, 171, 173, 174, 175

Globalização 1, 4, 5, 6, 8, 35, 133, 170

Golpe 146, 147, 149, 150, 151, 152

Governo 7, 20, 21, 23, 24, 27, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 112, 113, 117, 135, 137, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 167

Guerra 22, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 48, 137

I

Independência 8, 41, 45, 46, 47, 49, 90

Instituições 1, 2, 4, 5, 24, 26, 28, 29, 48, 49, 54, 65, 66, 70, 73, 76, 108, 109, 113, 115, 116, 126, 132, 135, 137, 138

Intersetorialidade 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 126, 127

Intervenção 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 46, 89, 126, 129, 136

Iraque 31, 35, 36, 37, 38, 39

J

Jovem aprendiz 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174

Justiça 8, 23, 146, 147, 148, 151, 159, 171

L

Legislativo 77, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 108, 135, 151

Legitimidade 1, 3, 7, 53, 54, 55, 56, 62

M

Mcdonaldização 53, 55, 59, 60, 61, 62, 63

Mentalidade 7, 10, 11, 34

Mercado de trabalho 24, 26, 27, 74, 117, 129, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174

Mineração 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163

Modernidade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 53, 54, 55, 56, 63, 64

Movimentos sociais 115, 116, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 154, 171

O

Ódio 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150

ONG 136, 137, 166

ONU 24, 29, 36, 42, 45, 46, 52, 173, 175

P

Participação 7, 24, 27, 28, 29, 57, 62, 63, 73, 81, 91, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 131, 133, 134, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 174

Poder(es) 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 32, 35, 36, 37, 41, 43, 44, 48, 49, 56, 58, 63, 67, 77, 78, 79, 86, 88, 89, 90, 94, 108, 115, 131, 133, 138, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 152, 156, 170

Polarização 82, 141, 142, 143, 144, 145

Políticas públicas 20, 21, 29, 53, 69, 73, 76, 89, 95, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 137, 138, 139, 175, 176

R

Racionalidade 3, 53, 60, 62

Reformas administrativas 65, 66, 69, 71, 73, 76, 83

Refugiado(s) 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Refúgio 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30

Regime internacional 20, 21

S

Saúde 21, 24, 25, 26, 27, 29, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 133, 136, 139, 144, 148, 153, 171

Sociedade 1, 6, 7, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 69, 74, 75, 92, 114, 115, 118, 124, 126, 127, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 163, 165, 176

SUS 13, 16, 17, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 125, 126, 127

T

Taiwan 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Terceiro setor 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

V

Veja 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 134

W

Weber 17, 19, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 94

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ciência Política: **Poder e Establishment**

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ciência Política: **Poder e Establishment**